



Representações do jornal Alto Madeira sobre indígenas durante o ano de 1998: um olhar a partir de Rondônia¹

*Representations of Indigenous people in the Alto Madeira during
1998: a look from Rondônia.*

*Representaciones de los pueblos indígenas en el periódico Alto
Madeira durante 1998: una mirada desde Rondônia.*

Rodrigo dos Santos [*]

Ivandrei Sabino dos Santos [**]

[*] Doutor em História pelo Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Departamento Acadêmico de História da Universidade Federal de Rondônia (Unir), campus Rolim de Moura. E-mail: rodrigo.santos@unir.br.

[**] Graduando em História pela Universidade Federal de Rondônia (Unir), campus Rolim de Moura. E-mail: ivansa1931@outlook.com

Resumo: O presente texto tem como objetivo discutir as representações do jornal Alto Madeira sobre os indígenas de Rondônia durante o ano de 1998. O referido periódico é relevante, tendo em vista sua duração de cem anos. Já a escolha pelo ano de 1998 é simbólica, uma vez que foi nele que se rememorou os dez anos da constituição de 1988, considerada cidadã, garantindo os direitos dos povos indígenas. Para atingir tal objetivo, utilizamos as edições disponibilizadas pelo Centro de Documentação da Zona da Mata Rondoniense, discussões relacionadas aos Estudos Culturais e teóricos relacionados à temática. Como resultados, percebemos representações múltiplas dos povos indígenas, contudo, marcadas por um discurso de progresso.

Palavras-chave: História Local e Regional; Indígenas; Imprensa de Rondônia.

Abstract: The aim of this text is to discuss the representations of the Alto Madeira newspaper about the indigenous people of Rondônia in 1998. This newspaper is relevant because it was one of the longest-running in the state, lasting a hundred years. The choice of the year 1998 is symbolic, since it was the year when the ten years of the 1988 constitution were commemorated, which was considered to be a citizens' constitution, guaranteeing the rights of the indigenous people. To achieve this goal, we used the editions made available by the Zona da Mata Rondoniense Documentation Center and drew on discussions related to Cultural Studies and theorists related to the subject. The results show multiple representations of indigenous people.

¹ O texto contou com apoio da Propesq/Unir (EDITAL 004/2024/DPESQ/PROPESSQ/UNIR). Agradecemos a leitura atenta da professora Marlene Schulz.

Keywords: Local and Regional History; Indigenous; Rondônia.

Resumen: El objetivo de este texto es discutir las representaciones del periódico Alto Madeira sobre los indígenas de Rondônia en 1998. Este periódico es relevante porque fue uno de los más longevos del estado, con cien años de existencia. La elección del año 1998 es simbólica, ya que fue el año en que se conmemoraron los diez años de la constitución de 1988, considerada una constitución ciudadana, que garantizaba los derechos de los indígenas. Para alcanzar este objetivo, utilizamos las ediciones puestas a disposición por el Centro de Documentación de la Zona da Mata Rondoniense y nos basamos en discusiones relacionadas con los Estudios Culturales y los teóricos del tema. Como resultado, nos dimos cuenta de las múltiples representaciones de los indígenas.

Palabras clave: Historia local y regional; Pueblos indígenas; Rondônia.

Introdução

O artigo tem como objetivo discutir as representações sobre os indígenas de Rondônia no periódico Alto Madeira de Porto Velho-RO durante o ano de 1998. Buscamos responder às seguintes questões: Como os indígenas são representados pela imprensa rondoniense, em especial no periódico Alto Madeira? O jornal apresenta a diversidade de sujeitos indígenas que estão presentes em Rondônia? Quais são as temáticas desenvolvidas? O que os dez anos da Constituição cidadã trouxe para a população indígena de Rondônia?

O periódico Alto Madeira, oriundo de Porto Velho, é relevante, tendo em vista, principalmente a sua duração, ele circulou por cem anos, mesmo passando por diversas fases, nossa análise se concentra no início da sua última fase. Com a ausência de recursos e com o crescimento da imprensa digital, ele não conseguiu se reinventar e fechou as portas com a edição de seu centenário². Para atingir nosso objetivo, usamos as fontes que estão disponibilizadas no Centro de Documentação da Zona da Mata Rondoniense (CDR/RM) da Universidade Federal de Rondônia, campus de Rolim de Moura³. Foram realizadas as seguintes etapas de pesquisa para a construção do texto: análise de bibliografia sobre o tema e o uso da fonte, discussão dos conceitos, seleção dos materiais e a produção escrita.

² A última edição do periódico Alto Madeira de Porto Velho-RO foi publicada em 1º de outubro de 2017.

³ Algumas edições do periódico Alto Madeira de Porto Velho-RO são disponibilizadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hereroteca-digital/>) e no site do Núcleo de Documentação Digital e Informação Histórica da Amazônia (<http://nimpi.ifro.edu.br/>). Elas não foram objetos de nossa análise, tendo em vista que optamos pelas disponibilizadas pelo CDR.

A seleção foi realizada observando as matérias do Alto Madeira do ano de 1998 disponibilizadas pelo Centro de Documentação Regional da Zona da Mata Rondoniense que possui a temática indígena (categoria de análise), sendo uma das ações do Projeto de Pesquisa institucionalizado⁴: “Deslocamentos humanos: mapeamento e representações sobre (i) migrações em jornais do século XX e o Ensino de História” com o plano de trabalho “Mapeamento e representações sobre os deslocamentos de povos originários em jornais do século XX na Amazônia Ocidental”.

Utilizamos metodologicamente os estudos culturais, precisamente as pesquisas desenvolvidas por Hall (2016), pensando a representação como uma atribuição de sentido e significado e construindo um padrão a partir do que está presente no Alto Madeira. Além disso, dialogamos com outros pesquisadores que têm como foco a temática em questão e o estudo da imprensa periódica, promovendo a interdisciplinaridade como na atualidade a ciência histórica propõe.

O texto está dividido em duas partes. Na primeira, articulamos o conceito de representação, a fonte analisada e o periódico Alto Madeira. O segundo momento, é efetivamente a análise da fonte periódica, o Alto Madeira de Porto Velho-RO, durante o ano de 1998. Separamos dez matérias para a análise e como elas representam a questão indígena dos diversos grupos que compõem a Amazônia Ocidental.

As representações, os jornais e o Alto Madeira

Sendo parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. [...] Representar algo é descrevê-lo ou retratá-lo, trazer à tona por meio da descrição, modelo ou imaginação [...] (Hall 2016, 31-32).

Em primeiro momento, assim como a citação, o estudo das representações aborda a forma como as ideias, imagens, símbolos e os discursos são usados para construir significados sobre o mundo. Essa linha de pensamento perpassa desde a filosofia até a psicanálise, cirandando a sociologia e a antropologia. Os sujeitos dessa representatividade são os grupos sociais, eventos e as identidades, enquanto identificações. Na nossa sociedade, quase tudo pode ser analisado como representações, criações de padrões e normas que se transformam em práticas sociais.

As representações não são reflexos e muito menos, posições neutras da realidade. Até porque nada pode ser envolto por si mesmo, precisamente nos estudos culturais, elas se refletem e moldam os sentidos por meio da linguagem. São a partir delas que se criam padrões e códigos, onde

⁴ O projeto de pesquisa foi institucionalizado pela portaria nº 60/2024/PROPESQ/UNIR.

há o signo e o significante. Utilizamos neste trabalho, o conceito de representações desenvolvido por Hall (2016). As suas reflexões auxiliam na compreensão de como as imagens, signos e significados à nossa volta podem ajudar a entender o mundo e as transformações, criando práticas sociais.

As representações são elementos do circuito da cultura, aqui entendida na sua pluralidade (Woodward 2014). Desta forma, ele está relacionado com a noção de identidade (identificações) e diferença, igualmente na sua forma plural. Elas são criadas e representadas a partir dos grupos hegemônicos e eurocêntricos. Aqui, esses grupos criam as suas representações de forma inferiorizada e marcadas pela estereotipagem, o negro como pessoa escravizada, o indígena na América, a classe trabalhadora. Hall (2016) usa a profundidade do seu trabalho para afirmar que não há uma cultura puramente nacional, pois essas estão atravessadas por divisões e diferenças entre si. Elas não são estáveis e muito menos estáticas.

Utilizamos o conceito de representações para pensar a imprensa periódica e como ela cria padrões ao mesmo tempo em que está se configurando, representa e é representada. A imprensa periódica foi elaborada para divulgar acontecimentos locais, nacionais e internacionais. O termo “jornal” foi definido para caracterizar as publicações diárias, não possuindo, inicialmente, uma importância como fonte para o estudo de história, sendo reconhecida de acordo com Calonga (2012) apenas na terceira geração do movimento *Annales*⁵.

Conforme Luca (2008) demorou a se efetivar os estudos que utilizavam a imprensa periódica como fonte para a História no Brasil. Em 1970, ainda era pequeno o número de trabalhos que se utilizavam de jornais e revistas. Apesar de já existir uma ampla bibliografia sobre a utilização de fontes históricas, a justificativa se concentrava no registro fragmentado sobre o cotidiano, o qual deveria ser marcado pela objetividade, neutralidade e credibilidade, além da fonte estar distanciada do seu próprio tempo. Nesse contexto, os jornais não eram considerados adequados para a reconstrução do passado, fornecendo informações parciais e subjetivas, o que causava desconfiança documental, isso relacionado à falta de independência e exatidão do conteúdo editorial. Nos dias atuais, a escrita da história reconhece que toda fonte é parcial, inclusive os periódicos e isso não é uma fragilidade para as pesquisas.

Capelato (1988) corrobora com isso, apontando que os historiadores, principalmente os brasileiros, tinham duas posições até meados do século XX sobre a utilização da imprensa. A

⁵ O movimento dos *Annales* surgiu na França em 1929 em torno de uma revista. Ele propunha uma concepção de história que valoriza a aproximação dela com outras ciências humanas, além de um alargamento de fontes (Silva e Silva 2009).

primeira que eles a desprezavam por considerá-la suspeita e sem objetividade. Já a segunda concentrava naqueles que a assumiram como verdade absoluta, sem nenhum questionamento sobre sua abordagem. A pesquisadora enfatiza que essas duas posturas precisam ser contestadas pelos pesquisadores, pois a imprensa não é imparcial e muito menos neutra, contudo, não deve ser desprezada como uma fonte para a história, até porque os estudos históricos atualmente pensam de forma fecunda a sua escrita.

Segundo Luca (2008, 111-112): “Não era nova a preocupação de se escrever a história da imprensa, mas relutava-se em mobilizar para a escrita da história por meio da imprensa, visava o peso da tradição, a ideia da busca pela verdade dos fatos, o historiador munia-se de métodos e críticas textuais[...]”. A análise da imprensa periódica precisa assegurar a veracidade daquilo que se pretende demonstrar com a pesquisa jornalística.

Posto isso, entre os encontros e desencontros das narrativas históricas, os vestígios e testemunhos do passado humano, a pesquisadora menciona o momento temporal que os jornais passaram a ter uma importância histórica a partir de técnicas utilizadas por pesquisadores em seu contato com os arquivos. Nesse sentido, ela aponta que os periódicos não devem ser a única fonte investigada, mas a necessidade de confrontar com outros tipos como: depoimentos, imagens, dados estatísticos, entre outros, além de outros periódicos.

Os jornais como fontes históricas percorreram o caminho que vai da desconsideração a sua valorização na produção do conhecimento histórico. Isso de alguma forma, implica a renovação dos temas, problemáticas e procedimentos metodológicos. O historiador enquanto pesquisador precisa se atentar à construção de uma história imediata, voltada para o tempo presente, e os jornais desempenharam esse papel a partir de seu reconhecimento como fonte para reconstruir o passado. Como aponta Luca (2008) é necessário caracterizar o periódico, conhecer o seu grupo responsável e com isso também perceber como ele se insere nas discussões propostas pela pesquisa.

O jornal Alto Madeira foi fundado em 15 de abril de 1917, em Porto Velho, passando pela posse e direção de Joaquim Augusto Tanajura. Em 1940, conforme Nogueira (2019) pertenceu ao diário dos associados de Assis Chateaubriand. Em 1960 a sua posse passou a família Tourinho, findando em 2017. O jornal Alto Madeira circulava nas principais cidades do estado, incluindo, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena, Cacoal e Rolim de Moura.

Além disso, ainda de acordo com Nogueira (2019) o jornal Alto Madeira, mesmo que sediado em Porto Velho, fez parte da história da imprensa brasileira, com merecido destaque, principalmente por sua trajetória centenária. Os seus exemplares estão, nos dias de hoje, entre os

dez mais antigos do país. Ele foi testemunha do nascimento do Território Federal do Guaporé e do Território Federal de Rondônia e finalmente do estado de Rondônia em 1981.

O jornal recebeu aclamação de outros veículos de informação que enfatizam sua história e a sua duração, também fez menção às personalidades envolvidas, como os criadores, coordenadores e proprietários. Exemplo disso, o portal de notícias G1, vinculado ao grupo Globo, rememorou a história de Euro Tourinho, falecido em 25 de novembro de 2019 com 97 anos. Ele foi sócio e proprietário do jornal Alto Madeira em sua última fase. Acompanhamos um trecho da matéria: “Considerado um dos jornalistas em atividade mais antigos do Brasil, Euro Tourinho morreu na noite desta segunda-feira (25), em Porto Velho, aos 97 anos. Uma das netas do comunicador, Euma Tourinho, confirmou a morte do avô em uma publicação no seu perfil pessoal no Facebook” (G1 RONDÔNIA 2019). A reportagem demonstra a relevância do seu proprietário e do jornal Alto Madeira para a sociedade rondoniense, nortista e ainda para o jornalismo brasileiro. Ela ainda incluiu depoimentos de colegas e familiares, ressaltando a histórica ligação com o jornal.

Com relação a temática de pesquisa, encontramos no Centro de Documentação Regional da Zona da Mata Rondoniense dez matérias do periódico Alto Madeira de Porto Velho-RO que mencionam os indígenas do Estado de Rondônia no ano de 1998. Para o texto, escolhemos aquelas que possuem uma quantidade significativa de dados. Compreendemos nelas os seguintes fatores: sua caracterização, a relação com o outro, o seu natural e o peculiar. Apontamos também a ausência de informações, a falta de registros documentais, à invisibilidade de narrativas pelo viés daquele que foi relatado.

As representações dos indígenas de Rondônia no Alto Madeira durante o ano de 1998

Os invasores de uma área de terra próxima ao Alphaville vivem momentos de tensão. Ontem, espalhou-se a notícia de que policiais militares voltaram ao local para retirarem todas as pessoas que estão ocupando o terreno que se encontra em processo judicial para determinar a quem pertence realmente. Até o meio dia, os PMs não tinham aparecido, mas um helicóptero particular, sobrevoou o local por algum tempo, e segundo os invasores, alguém filmou todo o movimento no local (Alto Madeira, 05/02/1998).⁶

A primeira matéria analisada é referente à edição do Alto Madeira (05/02/1998) intitulada: “Invasores se dividem e lutam para ficar na área”. Noticiando o conflito gerado pela ocupação de terra, em um espaço que ficava localizado próximo ao Alphaville, loteamento de Porto Velho-RO. Os noticiados eram pessoas que se declararam sem terra e famílias que ocupavam o local. A reportagem informa que essas pessoas viveram momentos de tensão, com a notícia de que a polícia

⁶ Na citação das fontes optamos pela grafia original.

voltaria ao local para retirar quem ainda estivesse por lá, chamando-os de invasores. Até o meio-dia a polícia não havia chegado ao local. Um helicóptero particular que o jornal não deixa explícito a quem pertencia, sobrevoava e monitorava o local, também não deixando evidente se essas pessoas lutavam ou não pelo possível direito à terra.

Ele ressalta que o local sempre esteve ocupado por novas famílias, a única providência tomada de imediato foi o de fazer o cadastramento de todas as pessoas que moravam na área ocupada. O jornal faz questão de frisar que as famílias estavam sob o comando do ex-deputado “Índio”, líder do movimento Sem Teto em Rondônia. Isso fica evidente na legenda em uma fotografia que afirma “os invasores eram liderados pelo ex-deputado índio”.

Há estereotipação de uma população sem teto que está sendo conduzida por um ex-deputado, intitulado índio. Como aponta Hall (2016) há diversas construções sociais presentes em discursos jornalísticos. Nesse caso, não há outras matérias em edições seguintes sobre o desfecho do episódio. Isso demonstra que essa matéria foi citada de forma isolada com a intenção de causar medo e com a finalidade de criar entre a população uma representação de aversão ao indígena, pois foi demarcado em local de destaque que o líder desse movimento possui uma descendência indígena. A narrativa de representação da população é objetificada como obstáculo, de estar atrapalhando, o exponencial crescimento de uma área destinada à compra de terrenos. Em qual lugar essas pessoas viviam anteriormente, elas já tinham um espaço para chamar de seu?

Isso também é evidenciado por Porto-Gonçalves (2017), ele aponta as contradições do discurso regional transformado em suas representações e que eles inflamavam os conflitos entre interesses econômicos e ambientais no país, corroborando para o desmatamento e a segregação das populações indígenas em seu ambiente natural. Isso coloca os indígenas como obstáculos aos avanços urbanos e rurais, principalmente diante da oposição ao processo de expansão agrícola.

O termo “índio” também é mencionado em outras matérias como em uma das edições duplas do Alto Madeira (19-20/03/1998) com o título: “Sobrevivente revela descaso das autoridades”. Na reportagem há a demonstração da denúncia de que um indígena sofreu descaso por parte do poder público durante um incêndio no barco durante uma refeição. Na matéria: “O índio Francisco Rosse Romarice, um dos tripulantes do barco ‘Almirante Moreira III’, que foi incendiado durante a viagem que fazia de Manaus a Porto Velho, reclama que até hoje não recebeu nenhuma indenização pelas perdas de seus pertences pessoais e seus documentos” (Alto Madeira 19-20/03/1998). Ele denuncia a falta de assistência e fiscalização do barco por parte da marinha brasileira. Ainda afirma que teve os pertences queimados e reclama da falta de socorro que implicou

em queimaduras, sem assistência social se viu sem roupas e com fome e não havia registros ou lista de passageiros que possibilitesse uma indenização dos sobreviventes.

A situação se agravou com a tentativa de outro passageiro de apagar o incêndio, realizando confusão ao jogar um líquido inflamável em cima do fogo, pensando que fosse água. A alternativa mais razoável deveria ser abafar o fogo para cessar sua combustão.

Na versão de Romarice, o incêndio começou por volta das nove horas da manhã, quando um dos tripulantes estava assando uma linguiça e o fogo começou a se espalhar, mas a coisa ficou pior, quando outro passageiro foi tentar apagar o incêndio jogando um balde de gasolina no fogão, pensando que fosse água (Alto Madeira 19-20/03/1998).

A reportagem pode representar a inviabilização de sujeitos subalternizados e a violação do estado brasileiro com o indígena. Podemos indagar que se não fosse indígena receberia o mesmo tratamento? Nesse sentido, Hall (2016) dialoga fortemente com a situação da representação dos grupos subjugados e da naturalização das desigualdades. Ele aponta a maneira como o discurso dominante se constrói, perdura e exclui aqueles que estão fora dele, no caso de nossa análise à população indígena.

Em relação à perda do ambiente natural, segundo Gomes Neto (2025, 25): “A reatualização do discurso da floresta selvagem a ser domada e o projeto de uma historiografia rondoniense calcada no bandeirantismo, sobre as égides do desbravamento e do pioneirismo [...]”. A informação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INEP/PRODES 1998), revela que a cobertura florestal original de Rondônia era de aproximadamente 208.000 km, cerca de 87% da área do estado, principalmente nas áreas de maior produtividade, não por acaso, onde muitas delas se encontravam em aldeias, na qual a disputa por territorialidades se instaura nas ambiguidades retratada no Alto Madeira.

Conforme o Relatório de atividade da superintendência Regional de Rondônia (1991), o projeto de construção civil desenvolvido durante os anos de 1980 e 1990 previa a abertura de lotes em áreas de florestas, distribuição de terras sem estudos fundiários prévios, A atuação do Instituto nacional de colonização e Reforma Agrária (Incra), esteve profundamente ligada ao projeto de “ocupação” da Amazônia (uma terra já ocupada) e isso se representa na diminuição da população indígena no Estado.

Conforme Becker (2005) instauraram-se programas de incentivos à colonização em Rondônia e na Amazônia como parte de uma estratégia de ocupação territorial. A autora destaca que a colonização concentrou populações ao longo das rodovias, criando um arco de desmatamento, provocando a fragmentação social e ambiental sem considerar os limites ecológicos da Amazônia e muito menos a população que já a habitava. A criação do Programa de Integração Nacional (PIN)

em 1970, representou a estratégia do governo militar no fortalecimento da segurança nacional por meio da expansão pioneira, com o slogan “ocupar para não entregar” e que tinha como um de seus interesses consolidar a rodovia BR-364, ligando o centro sul à Amazônia Ocidental. A liberação de financiamentos de créditos rurais para a produção fazia parte da política de incentivo de ocupação das áreas de preparo rural. Na década de 1990, o Incra massificava a distribuição de terras (INCRA 1991). Muitas delas em áreas reivindicadas por povos indígenas, gerando inúmeros conflitos até a luta pelo reconhecimento e demarcação das terras indígenas.

Nesse sentido, segundo Oliveira (2016), os relatórios como os da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) criticaram fortemente o papel do Incra em contribuir para acirrar conflitos fundiários, a exemplo da terra indígena dos Uru-Eu-Wau-Wau, invadidas por colonos nos anos de 1980. A constituição cidadã de 1988 estabelecia que todas as terras indígenas deveriam estar demarcadas até 1993, mas o estado brasileiro não cumpriu o prazo.

A terra indígena dos Uru-Eu-Wau-Wau foi mencionada em uma matéria do Alto Madeira. A matéria intitulada: “Ambientalistas constatam invasões na área indígena Uru-Eu-Wau-Wau” aponta como se desenvolveram os conflitos.

Representantes da Associação de Defesa Etno-Ambiental Kaniné, juntamente com um técnico da Funai e um policial da Polícia Federal, realizaram no mês de maio um sobrevôo na terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau e Parque Nacional do Pacáas Novos com o objetivo de checar denúncias e verificar focos de furto de madeira, garimpo e invasão por grileiros, para auxiliar a fiscalização por terra (Alto Madeira 01/07/1998).

A reportagem reúne vários aspectos que chamam a atenção do leitor. O primeiro deles é o motivo das invasões, sendo o furto de madeira, o garimpo ilegal e invasões por grileiros, ressaltando que a região possui uma vasta extensão de reserva e em razão disso a necessidade de uma vigilância constante na área. Isso evitaria a exploração ilegal dos recursos minerais, gerando maior proteção ambiental e segurança aos indígenas. É perceptível que as terras indígenas sempre foram focos de conflitos entre os grupos que ocupam suas terras.

Outro fator que chama a atenção é a certeza de impunidade dos infratores ao realizar esses atos, ele completa dizendo que “após os flagrantes de delitos feitos aos madeireiros e a instauração de dezenas de inquéritos policiais, os próprios infratores foram colocados como fiéis depositários dos maquinários e equipamentos utilizados nos crimes ambientais e nenhum infrator foi punido ou indenizou os moradores da reserva” (Alto Madeira 01/07/1998).

A matéria finaliza apontando que umas das poucas pessoas que trabalhava em prol da comunidade indígena, sendo funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai)⁷, foi demitido sem nenhuma justificativa após fazer parte das denúncias na reserva indígena. Os conflitos se configuraram a partir da submissão das terras, do avanço territorial e da falta de punição. Os indígenas eram os primeiros a serem afetados pelo marco da ocupação de terra, a exemplo disso, em Rondônia, temos não apenas os Uru-Eu-Wau-Wau”, mas o caso dos Pacaás novos em Guajará Mirim que apesar de terem o seu território reconhecido, muitas áreas foram invadidas por seringueiros e posseiros, diminuindo o seu território.

De acordo com Girão (2004) em vários casos, o Incra promoveu assentamentos em áreas sobrepostas a territórios indígenas ou em zonas adjacentes, intensificando os conflitos e a opressão sobre essas populações. A atuação do órgão ignorava ou relativiza a presença tradicional indígena, favorecendo a lógica da ocupação forçada, fazendo com que fazendeiros, grileiros e parlamentares ruralistas tornassem forte a pressão contra a regularização fundiária nas terras indígenas. Muitas áreas permaneceram invadidas ou foram disputadas judicialmente por anos, gerando tensões e confrontos. Registros alarmantes da violência contra os indígenas se faziam presentes, como o assassinato de lideranças, a expulsão de territórios e a destruição das aldeias. A realidade se enfatiza na problematização da promessa versus a realidade em relação à demarcação territorial (CIMI 2021).

Na matéria do Alto Madeira (20/03/1998) “Sesau treinará agentes indígenas para prevenir aids nas tribos”. O enunciado informa que a Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) irá pôr em prática um projeto de prevenção em 38 comunidades indígenas do estado de Rondônia, “não vamos impor nada a eles”. A ação partia de Porto Velho, Guajará Mirim e Ji-Paraná, estendendo-se conforme a capacitação dos agentes para as demais populações do estado, chamados de “agentes multiplicadores”. A Sesau informa que um dos motivos que levou à mobilização, foi o constante contato do “índio” com o homem branco, em virtude de recorrentes casos de contaminação.

De acordo com a coordenadora dos trabalhos , psicóloga, Maria Regina, uma equipe de técnicos será deslocada até as tribos dos municípios de Porto Velho, Guajará- Mirim e Ji- Paraná, para capacitar líderes de diversas etnias como agente multiplicador.[...] O treinamento será feito nas aldeias por técnicos da coordenadoria estadual do DST,[...] Após o treinamento nas tribos, de acordo com Maria Regina, os agentes indígenas irão confeccionar cartilhas bilíngues que serão distribuídas à comunidade (Alto Madeira 20/03/1998)⁸.

⁷ A Fundação Nacional do Índio (Funai) mudou de nome em 2023 e passou a se chamar Fundação Nacional dos Povos Indígenas para abranger a diversidades dos povos originários que compõem o Brasil.

⁸ Atualmente, as ciências humanas e sociais não utilizam o conceito tribo e o conceito de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), mas infecções sexualmente transmissíveis (IST).

No tocante à saúde indígena, as doenças atingiram em concentração maior as comunidades na região Amazônica e foi a partir do aumento do número da epidemia de HIV/AIDS que o Estado voltou à atenção para o surto, intensificando campanhas preventivas. Alguns deles partilharam seus próprios saberes, traduzindo o conhecimento técnico para a comunidade em seus próprios idiomas. De Castro (2021) explica que esse acometimento atingiu em larga escala a saúde dos povos indígenas americanos e que em primeiro momento a diversidade entre idiomas, costumes e crenças teria impossibilitado a criação de critérios e intervenções comuns. Enfatizamos que a situação da saúde indígena no Brasil é caracterizada pelas alterações que englobam desde eventos epidêmicos até a reestruturação do sistema de saúde e que ainda hoje revela a carência de políticas específicas na atenção à saúde das consideradas minorias sociais.

O conceito de desigualdade refere-se à relação entre desenvolvimento e justiça social. A falta de assistência às comunidades indígenas nada mais é do que a obstrução a o acesso de recursos, oportunidades e direitos às garantias presentes na Constituição Federal. Hall (2016) aponta que os atos da fragilização pública de grupos sociais pelas classes dominantes com um discurso de proteção, nada mais é que uma forma de legitimar práticas de dominação. Não necessariamente o fato de intervenção e prevenção de doenças de modo geral, mas “o discurso civilizador” aliado a real intenção e interesse comercial, nos recursos naturais e territoriais dessas populações.

Outro serviço fornecido, durante o ano de 1998, que também foi destinado à população indígena, nesse caso os Karitianas, foi à criação do Registro Geral (RG). Em matéria do Alto Madeira (12/05/1998), essa população é informada que terá acesso a carteira de identidade. O trabalho foi realizado em conjunto com o instituto de identificação: “Pizzano disse que a secretaria tem se esforçado para tornar o “índio” um membro atuante da sociedade e participantes das decisões que interessam ao país” (Alto Madeira 12/05/1998). O trecho deixa evidente a tentativa de uma civilização, não reconhecendo e respeitando outras culturas, mas uma tentativa de incorporação. O direito a cultura é um direito humano. O surgimento das lutas e movimentos que defendiam os direitos individuais de pessoas às margens da sociedade corroborou para a defesa dos direitos dos grupos minoritários, fazendo com que se pensasse com mais afinco nas potencialidades de garantir os direitos humanos (Hall 2016).

O grupo cultural Karitiana foi representado também a partir de uma demanda eleitoral: “Líder Indígena pretende ser deputado estatal” (Alto Madeira 03/09/1998): “A campanha eleitoral deste ano conta com a representação indígena, os direitos violados e as invasões nas reservas são os principais temas explorados” (Alto Madeira 03/09/1998). Informando que um dos pretendentes da vaga de deputado é Antonio Karitiana, tendo candidatando-se a deputado estadual pelo Partido dos

Trabalhadores (PT), na luta pela defesa da Amazônia, do meio ambiente e dos povos indígenas de Rondônia. Além disso, a estatística do jornal é que naquela época havia sete mil indígenas em Rondônia e a quantidade de votos para sua eleição era de quatro mil votantes.

A notória preocupação dos indígenas em ter um representante na Assembleia Legislativa era principalmente para lutar pela assistência médica não apenas dos Karitiana, mas de etnias que viviam na Amazônia. Ele ainda buscava: proteção das áreas indígenas e preservação da cultura. Os descasos perpassam em torno das problemáticas que sempre foram enfrentadas pelas comunidades indígenas, afirmando a continuidade dos descasos, a faltosa e tardia proteção e a realidade da exclusão. Conforme afirma Oliveira (2016, 79): “[...] Ainda que constitucionalmente garantidas. As ações do estado foram marcadas por omissão, lentidão e, muitas vezes, cumplicidade com os interesses do capital”.

Outra matéria que se refere aos povos indígenas aponta a etnia Suruí. Observamos um trecho da matéria intitulada: “Emater inicia trabalho junto aos índios ‘Suruis’”:

Associação de assistência técnica e Extensão, Emater, está atendendo a comunidade indígena dos Suruí através do projeto de apoio às atividades produtivas agropecuárias em terras indígenas, que servirão de base física para o diálogo nas reuniões para discussões tecnológicas e do “ensinar fazendo”. Traz o notório interesse da rápida difusão de tecnologias em terras indígenas, informa a culminância de doenças, a morte de 193 indígenas, e a área de sobrevivência contabilizada em 24.164 hectares de terra, segundo o jornal o intuito é apenas de levar novas formas de tecnologia para as comunidades associadas às práticas agropecuárias (Alto Madeira 26/05/1998).

Analizando alguns aspectos da reportagem, percebemos a intencionalidade de promover uma rápida difusão tecnológica em terras indígenas e que as unidades instaladas servirão de exemplo para que todas as outras comunidades possam visitar o modelo sugestivo e também adotar os novos conhecimentos. Isso pode ser caracterizado como uma forma de internalizar e reproduzir esses padrões como se fossem os únicos possíveis e corretos. Além do que, substituir os saberes alimentares e medicinais da própria comunidade, além de ser uma forma sutil de propagar as práticas do agronegócio dentro da própria comunidade. Ele historicamente oprimiu e segregou muitas comunidades indígenas pelo interesse em suas terras, caracterizando suas ações como se elas fossem de total interesse dos indígenas, afirmando que eles buscam autonomia através da estruturação e fortalecimento de suas próprias associações.

De acordo com a notícia, pensando esses aspectos e os discursos protecionistas como o “ensinar fazendo” e novas formas de tecnologias associadas às práticas agropecuárias, são ações utilizadas como vertentes desse processo de ocupação territorial pelas quais marcaram o avanço de conhecida marcha progressista para a região Norte. Conforme Franco (2019), a mídia orquestrou um papel extremamente importante para o desenvolvimento econômico de Rondônia. Ela utilizou

veículos de comunicação para convencer as pessoas a migrarem para a região. Dentre essas mídias se encontravam os anúncios em rádios e televisão, sempre colocando os interesses econômicos acima dos direitos locais, das culturas, sobretudo dos indígenas.

Os projetos culminaram na abertura de estradas, a construção de hidroelétricas e a expansão da agropecuária desde a chamada integração da região amazônica. As primeiras demarcações de terras indígenas no estado de Rondônia, ocorreram no início do século XX, impulsionadas pela ação de Marechal Cândido Rondon e do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), entre os atuais municípios de São Francisco do Guaporé e Seringueiras. Outros problemas eram iminentes desde a construção da rodovia BR-364 envolvendo indígenas e homens brancos (Oliveira 2016).

Em outra matéria do Alto Madeira (21/09/1998): “Índios repudiam declarações de candidatos a governador”, afirma que se um candidato for eleito ele irá propor a redução das terras indígenas Uru-Eu-Wau-Wau, nos limites dos quais possui uma fazenda, onde nos anos de 1960 tentou os primeiros contatos com essa etnia. O político declarou na imprensa da capital, que Rondônia não pode ficar com quase 75% de seus territórios como reserva e que não há como atingir o desenvolvimento do estado com esses números. Mais uma vez há um discurso de apropriação de terras daqueles que sempre foram a favor da diminuição das terras indígenas. Essa redução em reservas ambientais vai acontecendo de maneira gradual e impactante. Como aponta Gomes Neto (2025) discursos políticos que defendem a ocupação de novos territórios em nome do progresso, como estas aparecem em diversas pautas locais nacionais. Isso se materializa por meio de abertura de rodovias e avanço da fronteira agrícola, entre outras questões que promovem a natureza preservada, a produtividade e reforçam o paradigma da terra vazia. Essas ações não apenas visam ocupar o vazio, mas negligenciam a existência de povos indígenas, ribeirinhos e a função ecológica das florestas.

Outra pergunta poderá ser feita: Por que “hoje” não é o dia do “índio”? Perpassando a alusão das datas em que se defende a luta dos povos da Amazônia, esse “dia” ainda não chegou, porque mesmo com significativos avanços, há o latifúndio e os garimpos que expulsam as ditas minorias. Nesse sentido, acreditamos que a perda do território, da língua e dos aspectos culturais são uma das experiências mais profundas e traumáticas vividas por povos submetidos à colonização. De forma invisível, apaga o valor das culturas dominadas impondo, conforme Bourdieu (2011), a legitimidade da cultura dominante.

Conforme o periódico Alto Madeira (06/11/1998) em duas matérias: “Índios Aripuanã estão sem assistência” e “Índios denunciam falta de apoio e Funai rebate críticas” retratam o descaso em relação à falta de assistência aos indígenas que estavam distantes da aldeia e de seu estado,

Lábrea/AM. Os indígenas relatam a falta de recursos financeiros para se alimentarem, serem medicados e também pela falta de iniciativa da Funai para transportá-los à aldeia de origem. Já os representantes da fundação rebatem as críticas e alegam que eles não estão recebendo assistência por não estarem na aldeia. A matéria possui ainda três fotografias sobre a situação, mostrando um embate de queixas dos indígenas e as justificativas dos representantes da Funai.

Na matéria ainda se informa que a casa do índio em Porto Velho que está acolhendo os indígenas, não possui aporte financeiro para suprir mais do que o necessário, referente à alimentação e a compra de medicamentos já existentes no orçamento. Conforme Oliveira (2016) a falta de verbas deve-se às medidas de contenção criadas pelo governo em 1998, que levou à proibição de gastos da Funai, paralisando as casas do índio e outros serviços de apoio.

A matéria do Alto Madeira denominada “Abandono e a falta de recursos, revoltas indígenas em Rondônia” (Alto Madeira 20/12/1998) aponta que os “Índios em Rondônia não tem motivos para comemorar hoje, no dia dedicado a eles” (Alto Madeira 20/12/1998). Nas áreas indígenas o abandono é considerado pela matéria como geral e que muitas datas comemorativas foram criadas para dar notoriedade ao marco simbólico e não como resultado de políticas reparatórias.

O periódico segue afirmando que “A falta de educação e saúde, além de fiscalização nos limites das reservas, o único órgão de apoio ao índio, A Funai, não tem recursos para desenvolver suas atividades, o orçamento deste ano em todo o Brasil era inicialmente de 35 milhões e ainda foi cortado pela metade” (Alto Madeira 20/12/1998). Ao decorrer da matéria é esboçada a problemática da falta de recursos e finaliza “relatando que a casa do índio está caindo aos pedaços com cortes públicos, a falta de infraestrutura, sem janelas, não tem alimentação para receber os doentes, faltam cama e colchões” (Alto Madeira 20/12/1998). Infelizmente, as lutas indígenas não foram reconhecidas em termos concretos, o que existe é uma política de aparência, que valoriza o símbolo, mas ignora esses sujeitos. Segundo Pierre Bourdieu (2011), a negligência sistemática naturaliza o abandono, perpetuando o ciclo da marginalização sem uso da força direta, mas com instrumentos simbólicos de dominação cultural e institucional.

Entre a sistemática dos conflitos territoriais, a tutela governamental e as lutas em prol da própria comunidade, construiu-se o imaginário do sujeito indígena no periódico Alto Madeira. Acompanhando a questão do progresso, historicamente vinculado à expansão territorial, ao crescimento econômico e à modernização tecnológica. Eles foram amplamente instrumentalizados como justificativa para intervenções em territórios pertencentes às populações indígenas no Brasil. A violência física e simbólica veste uma roupagem “normalizada” partindo do discurso que as populações consideradas nativas eram empecilho ao processo nas práticas de urbanização,

atrasando Rondônia a integração nacional, as demandas do capital. Essas práticas propiciaram o escanteio da população originária e a submissão a modernidade/modernização.

A mídia jornalística tinha o interesse de tornar popular esse “boom” dos avanços progressistas em Rondônia e não se preocupava com os sujeitos que ocupavam, inicialmente, as terras. Desta forma, isso não estava distante do que se pensava em todo o país durante os anos de 1990, especialmente 1998. Conforme Capelato (1988, 34) já apontava dez anos antes do nosso período estudado: “A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época”. O Brasil passou a criar postos de proteção e assumir o papel da “tutela” das comunidades indígenas, especialmente com a criação do serviço de proteção aos Índios (SPI), sob os cuidados nacionais, e na prática como “terra de ninguém” inevitavelmente acompanhou o processo de consolidação territorial e modernização republicana.

Os jornais fazem parte de uma cultura material e simbólica, que ensina a lidar com as fontes históricas, dialogando com seus aspectos nacionais, políticos, humanos, interagindo e moldando a forma de discutir a imagem daquele que é representado (Luca 2008). Desempenhando um papel fundamental da memória social, não apenas como fontes de informações, mas também como instrumentos simbólicos que ajudam a moldar a percepção coletiva sobre os fatos históricos e os sujeitos envolvidos.

Essa função vai além das simples narrativas dos fatos, os jornais dialogam com valores sociais, ideológicos políticos e relações do poder, influenciam diretamente a imagem dos indivíduos e grupos que representam. Essa perspectiva é especialmente relevante quando se observa grupos sociais como, indígenas, homens e mulheres negros, pobres e outros que são considerados as minorias e por isso são silenciados na mídia. A escolha do que vira notícia, de quem dá voz e como se estrutura a matéria revela muito sobre o conceito social e político de cada período. Por isso, ao moldar a imagem de quem é representado, os jornais podem tanto reforçar estigmas e preconceitos, como contribuir para a visibilidade de injustiça e resistências sociais.

Apesar do estado brasileiro afirmar que promoveu a proteção dos povos indígenas, o motivo principal envolve premissas políticas, econômicas e porque não dizer ideológicas que contradizem o cuidado e respeito, marcadas pelo paternalismo. O estado facilmente restringia a autonomia e os direitos dos povos originários, servindo para controlar territórios, frear as resistências e integrar ao modelo nacional de desenvolvimento. Podemos enfatizar que em prática o sistema de apoio aos indígenas, possuía inúmeras deficiências, razões políticas e interesses na proteção. O Estado utiliza discursos de assistência social como ferramentas de dominação simbólica e fragilização das

comunidades indígenas por todo o país. O poder não se impõe não pela força, mas pelo meio da aparente benevolência e naturalização das hierarquias (Bourdieu 2011).

Apesar disso, a justificativa da integração nacional motivou o aumento das reportagens noticiando os povos indígenas. Os jornais também se tornaram um recurso para denunciar as precariedades nas suas comunidades, mesmo que de forma enviesada, traz à tona as situações de violência, abandono governamental, disputas latifundiárias e crises sanitárias. Muitas reportagens ajudaram a expor as crises ignoradas por autoridades públicas.

Considerações finais

O Brasil repetiu as ações de vários países visando à permanência econômica no mercado mundial através do desenvolvimento sustentável e liberdade econômica, incluindo a defesa dos direitos humanos para os povos indígenas que foi um processo relativamente recente no país e no âmbito internacional. A partir desses fatores podemos afirmar que Rondônia foi um dos projetos mais acabados da Ditadura Militar, o que não abandonou os conflitos existentes, pelo contrário, houve um afloramento.

A nossa intenção foi explicar como o jornal representou a imagem do indígena, dentro desse processo caracterizado como “boom” da região norte e período de redemocratização brasileira. Umas partes desses acontecimentos estiveram presentes nos aportes das representações que apontamos no periódico Alto Madeira. A forma como os indígenas são descritos no periódico é resultante de uma construção de identidade através do impacto da mídia sobre a população. O periódico retratava os indígenas como indivíduos marginalizados, selvagens e hostis, acompanhando a narrativa de obstáculo ao progresso, narrativa que vai se transformando conforme há um discurso de aceitação dos mesmos diante do processo de colonização do estado. A estereotipagem passa a ser remodelada pelo periódico, dessa vez com uma roupagem não tão agressiva do indígena.

O indígena é fortemente associado à defesa da Amazônia, da biodiversidade e dos direitos territoriais. Essa experiência em longo prazo colaborou para o preconceito que em muitos casos ainda é alimentado, como a ideia de um povo que não possui uma trajetória própria, reproduzindo a omissão do processo de identidade, que carregava uma herança histórica desde o império até a atualidade. Os indígenas foram representados por uma construção marcada pelas relações de poder, dos conflitos regionais, das práticas cotidianas das representações construídas sobre os grupos sociais, também reflete as vertentes ideológicas de seus criadores.

Em relação às informações populacionais, o jornal apresenta a diversidade de sujeitos indígenas presentes em Rondônia, principalmente associada à bacia do rio Madeira, que é um dos maiores afluentes do rio Amazonas. A região é marcada historicamente por migrações, a presença de seringueiros, migrantes e militares na região. As etnias mencionadas estão localizadas entre os municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Cacoal, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e arredores.

Os dez anos da Constituição cidadã trouxe para a população indígena de Rondônia a representação de um momento de ruptura simbólica e legal com o regime autoritário e com o modelo tutelar ao qual marcou a relação do estado com os povos indígenas. O governo colocou em discurso as mudanças constitucionais, mas na prática as estruturas mantiveram o legado arcaico sobre as decisões indígenas. Os direitos das populações indígenas foram duramente confrontados por políticas desiguais, a usurpação dos recursos naturais e omissões em Rondônia.

A partir disso, concluímos que o jornal agradava a elite do Estado com seu discurso. A questão indígena foi tratada com parcialidade, a agenda orientada pelas relevâncias sociais e a preocupação em expor os acontecimentos políticos e sociais serviram como estratégia de ocupação da Amazônia. Ele construiu/reproduziu padrões e práticas culturais como são comumente nos ideários de uma representação ou mais representações (Hall 2016). Há uma tentativa de homogeneização de sujeitos e fatos, mesmo que apresente a diversidade entre os povos e etnias.

Esperamos que essas discussões possam ampliar os debates que envolvem os personagens e culturas indígenas, e que o tema possa alcançar a sua importância no diálogo nacional e local. Durante décadas, as narrativas que ocupavam a centralidade dos discursos excluem-a e marginalizam os povos originários proporcionando ambiguidade na garantia de seus direitos. As políticas governamentais acessaram essa comunidade, sublinharam os descasos, mas não avançaram. As ações governamentais devem arcar com seu comprometimento constitucional, moral e ético buscando a equidade e reparação justa aos povos indígenas.

Referências

Fontes

Alto Madeira, 05/02/1998; 19-20/03/1998; 20/03/1998; 12/05/1998; 26/05/1998; 01/07/1998; 21/09/1998; 06/11/1998; 19-20/12/1998. Centro de Documentação Regional da Zona da Mata Rondoniense – CDR - Universidade Federal de Rondônia, Campus Rolim de Moura.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. 2021. *Relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil*: dados de 2020. Brasília: CIMI.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 1991. *Relatório de atividades da superintendência Regional de Rondônia -SR (25). Porto Velho.*

INEP/PRODES. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 1998. *Estudo sobre os povos indígenas do Alto Madeira.*

G1 RONDÔNIA. 2019. Morte de Euro Tourinho: veja a repercussão, G1. 26 de nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/11/26/morte-de-euro-tourinho-veja-a-repercussao.ghtml>. Acesso em: 14 de abril de 2025.

Bibliografia

Becker, Bertha K. 2005. *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Garamond.

Bourdieu, Pierre. 2011. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Calonga, Maurilio Dantielly. “O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história?”. *Comunicação & Mercado* 1, no. 2 (2012): 79-87.

Capelato, Maria Helena Rolim. 1988. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP.

De castro, Roberta Francisca Martins. “Atenção à saúde do Indígena no Estado de Rondônia, Brasil: Revisão das Políticas Públicas de Saúde”. *Saber Científico (1982-792X)* 1, no. 1 (2021): 209–23.

Franco, Gilmara Yoshihara. “A construção do ‘Brasil potência’ a propaganda de estímulo à migração para o Norte do Brasil – um estudo a partir do caso de Rondônia” (1968-1981). *História Unisinos* 23, no. 1 (2019): 96-109.

Gomes Neto, João Maurício. 2025. *Contar trajetórias, historiar memoriais: narrativas de colonização e progresso em Rondônia (séc XX)*. Porto Velho: Edufro.

Girão, Sidney. 2015. *Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos fundiários em torno do Projeto Integrado de Colonização. (1970-2004)*. Porto Alegre.

Hall, Stuart. 2016. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Editora Apicuri.

Luca, Tania Regina de. 2008. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. Em *Fontes Históricas*, org. Carla Bassanezi Pinsky. 111-153. São Paulo: Contexto.

Nogueira, Mara Genecy Centeno. 2019. “Temperando palavras e degustando leitura, o jornal em sala de aula”. Em *Narrativas sobre a cidade: Revisitando o Jornal Alto Madeira*, org. Mara Genecy Centeno Nogueira, e Elis da Silva Oliveira, 13-34. Porto Velho: Temática Editora.

Oliveira, João Pacheco de. 2016. *O nascimento do Brasil e outros ensaios “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Porto-Gonçalves, Carlos Walter. 2017. *Amazônia: Encruzilhada civilizatória, tensões territoriais*. Rio de Janeiro: Consequência.

Silva, Kalina Vanderlei, e Maciel Henrique Silva. 2009. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto.

Woodward, Kathryn. 2014. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. Em *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.). 7-72. Petrópolis, RJ: Vozes.